

MIGRAÇÕES E TRABALHO: UM OLHAR PELA PERSPECTIVA DE HARDT E NEGRI

Igor Moraes Santos¹

Isadora Eller Freitas de Alencar Miranda²

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Para o jornal britânico *The Guardian*, tais fotos revelam “todo o horror da tragédia humana que se desdobra nas praias da Europa”. SMITH, Helena. Shocking images of drowned Syrian boy show tragic plight of refugees. **The Guardian**, London, 02 set. 2015.

1 INTRODUÇÃO

Sob certa perspectiva, discutir sobre pós-modernidade é trazer à baila o caos da vida, com a profusão de informações e imediatismo de contato, consumo e exagero, impossíveis de serem absorvidos em sua totalidade. Selecionar fatos classificados como relevantes é condição natural para a compreensão subjetiva do mundo.

Baseados em conveniências e predileções, criamos uma narrativa da realidade em que desejamos acreditar, ao mesmo tempo em que outros fatos são cuidadosamente ignorados. Todo saber, afinal, incorpora dados do mundo selecionando-os a partir de seus objetivos (ZAFFARONI et al. 2011, p. 38). Entretanto, a realidade ignorada subsiste, e, cedo ou tarde, impõe suas próprias consequências.

Quando a mídia internacional divulgou as imagens do menino sírio Aylan Kurdi, encontrado morto numa praia turca após o naufrágio de duas embarcações que transportavam imigrantes, a dinâmica da imigração pareceu finalmente resolvida a cobrar seu preço¹. A criança de três anos, embalada nos braços de um policial como se dormisse, revela a face mais cruel de uma crise mundial na qual pobreza, sonho e violência se entrelaçam de modo febril, com a crescente velocidade do século XXI.

Na verdade, compreender tais mudanças é um processo difícil: fronteiras territoriais, outrora estanques e hegemônicas, de repente precisam lidar com contingentes populacionais inteiros, que carregam toda uma bagagem sociocultural – e cada um dos migrantes traz dentro de si um mundo. De fato, ao conceder entrevista ao programa francês *Ce soir (ou jamais!)*, a senegalesa Fatou Diome deixou todo o auditório atônito ao afirmar que:

Hoje, a Europa não será poupada enquanto ainda haja conflito no mundo. Nós vivemos em uma sociedade globalizada, onde um indiano ganha a sua vida em Dakar, um cidadão de Dakar ganha a sua vida em Nova Iorque, um cidadão do Gabão ganha sua vida em Paris. Você gostando ou não, isso é irreversível. Portanto, vamos achar uma

¹ Para o jornal britânico *The Guardian*, tais fotos revelam “todo o horror da tragédia humana que se desdobra nas praias da Europa”. SMITH, Helena. Shocking images of drowned Syrian boy show tragic plight of refugees. **The Guardian**, London, 02 set. 2015.

solução coletiva. Ou então mude-se da Europa, porque eu tenho a intenção de permanecer aqui.²

Neste escopo, compreendendo a relevância do tema para a atualidade, o presente trabalho se desenvolve sob uma perspectiva pós-moderna, questionando o impacto dos fluxos migracionais na distribuição global da pobreza e trabalho, bem como a influência de tais fluxos na construção de novas manifestações culturais e subjetividades. Para tanto, pretende-se analisar a trilogia de Hardt e Negri composta pelas obras *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*, tentando identificar na visão *macro* dos autores o papel das migrações e, eventualmente, problematizá-la a partir da contraposição a uma abordagem *micro* (filosófica e sociológica) sobre o tema.

2 A pós-modernidade em Hardt e Negri: o Império e a multidão

A pós-modernidade é contexto histórico-filosófico de profundas mudanças e cuja definição é ainda incerta e contraditória. Enquanto alguns dos principais nomes do pensamento continuam a discutir a realidade a partir de estruturas modernas, outros, como Antonio Negri e Michael Hardt, buscam romper com as bases do passado e com a tradição decadente. Para estas novas correntes, a compreensão do pós-moderno somente será possível se o mundo passar a ser visualizado não mais pela perspectiva dos corpos sociais tradicionais que, em dissolução, deveriam ser “ressuscitados” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 248), mas sim pelo reconhecimento de uma mudança de paradigma (HARDT; NEGRI, 2001, p. 26).

Dessa forma, Hardt e Negri identificam a existência de uma nova ordem mundial, a que denominam Império. Em termos simples e breves, o Império é um “aparelho” descentralizado e desterritorializado que incorpora e controla tudo e a todos, em que nada escapa ao seu domínio, sendo biopoder por excelência, “um regime de dominação da vida” (ANDREOTTI, 2005, p. 371). Em seu imensurável interior, apresenta uma flexível disposição em rede pelo globo, manifestando-se em qualquer lugar, a qualquer tempo. Não há um centro definido de comando, mas pontos nodais

² Entrevista concedida pela escritora senegalesa Fatou Diome ao programa *Ce soir (ou jamais!)*, exibida em 24/04/2015 pelo canal France 2. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AZk6xopE6IM>>. Acesso em 27 set. 2015.

de expressão de poder como característica de sua disposição hierárquica. Este é o novo sujeito de soberania, a forma assumida pelo capitalismo para manter a dominação e barrar a revolução social radical, cujo conceito não mais se encaixa nas clássicas teorias político-estatais.

As forças imperiais não são mera utopia, mas perceptíveis na concretude hodierna. Entre suas principais características, nota-se a universalidade do ético e do jurídico, sob a forma de paz e de justiça, que servem de legitimação para a ação policial em nível global. Como observam os autores, “o Império é formado não com base na força, mas com base na capacidade de mostrar a força como algo a serviço do direito e da paz” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 33). Ademais, o espaço imperial é ilimitado e universal, o tempo histórico é exaurido e, dessa forma, “o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 29).

Contrapondo-se ao Império, a esperança de libertação reside na multidão. Esta é a verdadeira força produtiva, uma imensurável força constituinte de subjetividades plurais. A carne da multidão é potencial, força informe de vida, além de qualquer medida, não capturável pelos padrões político-econômicos tradicionais. Pela cooperação e pela comunicação, a multidão tende à criação do comum, em lugar das rígidas divisões tradicionais entre o público e o privado, que ocultaram a sua potencialidade revolucionária. Da mesma forma, a multidão é movida por um desejo irreprimível por liberdade, igualdade e democracia, que incitam à resistência e à revolução, expressando uma soberania imanente e radical.

A resistência e a revolução são possíveis pela conjunção entre as dinâmicas características elementares da multidão, a qual deve aproveitar as numerosas fraquezas imperiais para subverter a ordem vigente. Com efeito, o Império é contraditório em si mesmo. Suas promessas, tais como a ordem e a paz, não poderão ser realmente alcançadas, vez que formuladas para conquistar legitimidade e apoio para a manutenção do estado de guerra contínuo que caracteriza o próprio contexto imperial³. Este, portanto, em crise permanente, necessita da própria multidão para sobreviver, visto que nada produz, mas suga a riqueza criativa e afetiva daquela.

³ A guerra contínua imperial, sempre nomeando um novo inimigo abstrato para insuflar o combate, nada mais é do que um permanente estado de exceção. O Império, portanto, é uma estrutura jurídico-político de violência, poder e dominação ainda mais amplo do que o percebido por Schmitt e Agamben.

Como observam Hardt e Negri (2001, p. 80), “a multidão é a verdadeira força produtiva de nosso mundo social, ao passo que o Império é um mero aparelho de captura que vive apenas da vitalidade da multidão”.

Em síntese,

[...] a multidão corresponde a uma nova forma de inteligência social que, para os que lhe são exteriores, parece caótica, irracional e anárquica. Contudo, para os que dela participam, a multidão se identifica com uma estrutura social que tende a preservar no mais alto grau a individualidade, a autogestão democrática e a espontaneidade, opondo-se a todos os tipos hierárquicos e centralizados de usufruto do poder social, desde a forma geral do Estado até formas específicas traduzidas em partidos políticos, exércitos, grupos guerrilheiros etc. (MATOS, 2014, p. 152).

Diversas são as consequências e os efeitos gerados pela nova ordem imperial, assim como pelas ações de oposição, recusa e insurreição da multidão. Neste ponto, um rotineiro exemplo trazido a lume por Hardt e Negri são os grandes fluxos migratórios da atualidade, importantes sinais dos novos tempos. Entretanto, ressalva-se que, apesar das numerosas referências em suas principais obras, notadamente na trilogia original *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*, este é um tema tímido frente ao espaço concedido a outros fatores e manifestações imperais e multitudinárias.

As migrações representam um duplo efeito: como aspecto positivo, as migrações indicam a flexibilização das fronteiras nacionais, fato impulsionado pela reformulação do tradicional conceito de soberania moderna, o que permite uma inédita liberdade de locomoção pelo planeta e, assim, compartilhamento de subjetividades, comunicação de ideias e de forças e potencialidade de ruptura com a ordem imposta pelo Império; como aspecto negativo, indicam a manutenção de uma divisão global do trabalho, apesar das modificações as quais possa ser submetida, bem como a perpetuação da miséria e do sofrimento, inclusive pelo permanente estado de guerra civil no seio imperial.

Desta feita, neste primeiro momento, evidencia-se as migrações com tema merecedor de melhor exposição e concatenação com o contexto global e os conceitos apresentados Hardt e Negri,

aprofundando o sentido já assinalado pelos autores e destacando como objeto autônomo digno de análise para além de mera ilustração pontual. Para tanto, vislumbra-se a necessidade de examinar concisamente algumas das condições apontadas pela dupla como fomentadoras dos grandes fluxos migratórios da atualidade, assim como em que constituem e o que representam no quadro global político-filosófico por eles proposto.

3 Soberania, territórios, fronteiras e biopoder

A crise da soberania moderna não é discussão nova no âmbito da filosofia política, em especial com o advento da globalização no último século. Nesse sentido, valiosas as contribuições de Carl Schmitt, Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben.

Hardt e Negri (2001, p. 101-102), por sua vez, assinalam que a soberania moderna pode ser definida como poder transcendente legitimado pela representação. Enquanto tal é inseparável do capitalismo, ou como apontam, “a soberania europeia moderna é soberania capitalista, uma forma de comando que superdetermina a relação entre individualidade e universalidade como função de desenvolvimento do capital” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 104). Com ela, nasce o biopoder, em que a transcendência tradicional, como trabalhada em Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith, é substituída pela “transferência da função ordenadora”, a governabilidade de que trata Foucault.

Lado outro, a soberania moderna esteve tradicionalmente atrelada à figura do Estado-nação. Segundo os autores, a formação do Estado moderno como *locus* de soberania foi uma tentativa de reação conservadora à descoberta revolucionária das forças imanentes, oriundas do próprio ser e que, por esta lógica, independia de uma justificação transcendente. Para sua consolidação, foram criados novos conceitos, como o de povo e de nação, que escondessem ou eliminassem as diferenças e singularidades próprias da multidão, o que correspondeu à subordinação e à purificação raciais. “A soberania nacional e a soberania popular foram, portanto, produto de uma construção espiritual, ou seja, uma construção de identidade” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 119-121).

A reação mostrou-se provisória e insuficiente. A soberania moderna, baseada na transcendentalidade e na territorialidade, entrou em declínio. Hoje, os elementos

habitualmente listados como componentes do Estado, soberania, território e povo, são meras ilusões do que outrora intentaram representar. Ascende uma nova soberania, a soberania *imperial*. Nela, o aparelho de controle do Império funciona por meio de três momentos: a inclusão universal, afastando as diferenças inflexíveis ou inadministráveis; afirmação das diferenças aceitas; e administração e hierarquização das distinções reconhecidas. Em qualquer caso, retira a potencialidade das diversas subjetividades constituintes das singularidades, seja daquelas suprimidas, seja das submetidas à disciplina e controle.

Por esta dinâmica de funcionamento do aparelho imperial, especialmente quanto ao primeiro momento, no qual a distinção entre o que está dentro e o que está fora do Império é cada vez mais tênue, importa notar também o desaparecimento da separação entre ordem civil interna e ordem externa, fixada pelas fronteiras estatais. Se sucumbem as concepções tradicionais de Estados-nação territorialmente limitados, enfraquecem, ou mesmo desaparecem, as fronteiras interestatais.

A ausência de fronteiras nos termos tradicionais permite um tráfego de pessoas sobre o planeta exponencialmente maior do que ao longo de toda a história humana, até então frequentemente impedidos por rígidas regras nacionais de controle, além do espírito nacionalista cuidadosamente criado e alimentado entre as populações estatais estanques. Somando-se à equação os meios de transporte cada vez mais eficientes, as distâncias são reduzidas e a velocidade acelerada. Em outras palavras, a queda do conceito tradicional de soberania fomentou a globalização, contribuindo para torná-la um fenômeno irreversível, em que a maior possibilidade de trânsito físico é apenas uma de suas inúmeras consequências.

Ademais, imprescindível destacar que, ao lado da flexibilização dos limites geográficos, há outro fator determinante a ser computado, qual seja, o *biopoder*. O conceito cunhado por Foucault, retomado e, em certa medida, modificado por Hardt e Negri⁴, evidencia o mecanismo de dominação empregado pelo Império, em que toda a forma de vida torna-se objeto de poder, estendendo-se aos corpos e às consciências. O que passa a estar em jogo “é a produção e a reprodução da própria vida” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 43), de modo que toda a política contemporânea pode ser denominada de “biopolítica”.

Por esta nova lógica, os grandes contingentes populacionais são jungidos à

⁴ Criticando a modificação conceitual empreendida por Hardt e Negri ao conceito original de Michel Foucault, ver RABINOW; ROSE, 2006.

posição de peças móveis que podem ser deslocadas pela superfície terrestre conforme a necessidade de redistribuição da força de trabalho pelo capital. A dinâmica imperial mantém uma divisão global do trabalho, da pobreza e da exploração, a partir de guerras, doenças, fome, miséria e desemprego (HARDT; NEGRI, 2005, p. 214-215). Assim, para a ordem global capitalista, a ausência de barreiras nacionais extingue limitações tradicionais à circulação de capitais e pessoas, o que não implica dizer que haverá plena liberdade para estas últimas. Pelo contrário, para o atendimento às demandas produtivas e reprodutivas do capital, as vidas podem ser manipuladas pelo planeta, alocadas temporariamente em certo espaço para determinada finalidade e, logo em seguida, serem transferidas para outro ponto, com novo objetivo. Não à toa, Hardt e Negri identificam como características do trabalho contemporâneo a mobilidade, a flexibilidade e a precariedade (HARDT; NEGRI, 2011, p. 251-252). Sobre o tema:

Todos os âmbitos das empresas capitalistas nos países dominantes, das enormes corporações às pequenas empresas, da agricultura à manufatura, do trabalho doméstico à construção, necessitam de fluxos constantes de migrantes, tanto legais como ilegais, para complementar a força de trabalho local – e isso gera continuamente conflitos ideológicos dentro das classes capitalistas, como veremos mais tarde, posto que se veem obrigadas por suas carteiras a favorecer os fluxos migratórios, mas se opõem a eles em sua consciência moral, nacionalista ou, frequentemente, racista -. Ainda assim, há enormes fluxos internacionais de trabalho sul-sul e migrações maciças dentro de cada país, frequentemente em setores muito específicos de produção. Estas migrações transformam os mercados de trabalho em termos quantitativos, fazendo-os propriamente globais, por mais que, desde logo, os movimentos de trabalho não sejam livres, mas se veem muito compelidos a trajetórias muito específicas, que com frequência acarretam perigos extremos [...].(HARDT; NEGRI, 2011, p. 148, tradução nossa).

Finalmente, observa-se que o Império tenta desenvolver formas suplementares para evitar que os fluxos migratórios saiam do controle, em resposta ao vigor criativo e potencialmente revolucionário inerente aos fluxos migratórios, ilustrados pelo pânico moral de tipo civilizatório, imerso em racismo e xenofobia, além do próprio reforço de eventuais barreiras geográficas (HARDT; NEGRI, 2011, p. 160-162), a exemplo do famigerado muro fronteiro entre Estados Unidos e México. Esta tentativa de controle, ressalta-se, é reflexo do temor de outro efeito da movimentação multitudinária, irreprimível e inevitável. A liberdade do capital e a unificação do mercado mundial trazem consequências não pretendidas:

A crescente mobilidade de grandes porções do proletariado é outra importante consequência da unificação tendencial do mercado mundial. Em contraste com os velhos regimes imperialistas nos quais correntes de mobilidade de trabalho eram basicamente reguladas verticalmente, entre colônia e metrópole, o mercado mundial abre caminhos horizontais mais largos. [...] Nosso interesse aqui é não apenas dar uma descrição fenomenológica da situação atual, mas também reconhecer as possibilidades inerentes a essa situação. A nova mobilidade transversal de força de trabalho disciplinada é significativa porque indica uma busca real e poderosa da liberdade e a formação de desejos novos e nômades que não podem ser contidos e controlados dentro do regime disciplinar. É verdade que muitos trabalhadores no mundo estão sujeitos a migrações forçadas em circunstâncias terríveis que, em si mesmas, dificilmente são libertadoras. É certo, também, que essa mobilidade raramente aumenta o custo da força de trabalho; na realidade, com mais frequência ela o diminui e, ao contrário, faz crescer a competição entre os trabalhadores. A mobilidade, entretanto, acarreta um alto preço para o capital, que é o desejo maior de libertação. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 274).

4 Potencialidade subversiva das migrações: a livre movimentação da multidão e o direito pela cidadania global

A flexibilização no deslocamento para outras áreas do globo não significa apenas a satisfação de demandas por força obreira, mas também o trânsito de subjetividades, de afetividades, de força criativa e produtiva. O migrante carrega consigo experiências e sabedorias que são involuntariamente externalizadas nos novos lugares por que passa, seja com um jeito de agir, de falar e de vestir diferenciados, seja com ideias e desejos de fragor revolucionário para a nova realidade em que se insere. Frequentemente “os migrantes podem viajar de mãos vazias em condições de extrema pobreza, mas ainda assim estão cheios de conhecimentos, linguagens, habilidades e capacidades criativas: cada migrante traz consigo todo um mundo” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 180). Logo, vislumbra-se notáveis potencialidades imanentes à multidão em ampla circulação espacial.

Ilustrativamente, recupera-se um fragmento da história das antigas migrações, apesar das peculiaridades próprias do período em que ocorreram, particularmente as intensas imigrações para o Brasil entre o final dos novecentos e as primeiras décadas do século XX. A faceta primitiva do capital sob a égide do imperialismo clássico intencionava reduzir os excessos populacionais, principalmente do campesinato destituído de terras pela industrialização tardia. Concomitantemente, no outro lado da divisão global do trabalho e do poder, pretendia atender à demanda por força de trabalho para os latifúndios agroexportadores. Com isso, milhares de europeus deixaram seus países de origem, motivados pelo sonho de fortuna e afastamento da miséria, da fome, da falta de trabalho no campo e nas cidades, das guerras. Entre eles, destacaram-se centenas de operários de origem italiana e espanhola que haviam estado em contato com ideias anarquistas e comunistas, inclusive com experiência em luta sindical e outros movimentos sociais, que passaram a compor a maior parte do nascente operariado brasileiro, ao menos no momento inicial. Sofrendo com condições precárias de trabalho, ausência de proteção aos empregados e a dura repressão do Estado, esses trabalhadores começaram a organizar as primeiras associações de auxílio mútuo, primitivos sindicatos e greves em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Essas primeiras manifestações de resistência e luta dos direitos trabalhistas e sociais começam hoje a ter sua real

importância reconhecida pela historiografia, contribuindo para desconstruir antigas e consolidadas interpretações históricas, notadamente o “mito da outorga” do direito do trabalho pelo governo Vargas (BOSCHI; CAMPANA, 2009). Reconhecendo precisamente essa potencialidade da multidão, comentam Hardt e Negri que “a mobilidade e o nomadismo em massa de trabalhadores sempre expressam uma recusa e uma busca de libertação: a resistência contra as horríveis condições de exploração e a busca de liberdade e de novas condições de vida” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 232)⁵. Na atualidade, os fluxos migratórios apresentam dimensão imensamente superior aos do passado. A evolução tecnológica nos transportes possibilitam deslocamentos mais rápidos e por maiores distâncias. Da mesma forma, a troca de informações e a comunicação tornaram-se mais ágil. Assim, a potencialidade subversiva imanente das migrações, já existente, é proporcionalmente redimensionada, ganha em complexidade e deixa transparecer cada vez mais a sua força como movimento de resistência e luta em face do controle imperial:

Hoje a mobilidade da força de trabalho e dos movimentos migratórios é extraordinariamente difusa e difícil de captar. Mesmo os movimentos populacionais mais significativos da modernidade (incluindo as migrações brancas e negras através do Atlântico) constituem eventos liliputianos diante dos enormes traslados populacionais de nossa época. Um espectro persegue o mundo, o espectro da migração. Todos os poderes estão aliados numa impiedosa operação contra ela, mas o movimento é irresistível. Junto com a fuga do chamado Terceiro Mundo, existe um fluxo de refugiados políticos e a transferência de força de trabalho intelectual, além dos movimentos em massa do proletariado agrícola, industrial e de serviços. Os movimentos legais e com documentos são esmagados pelas migrações clandestinas: as fronteiras de soberania nacional são peneiras, e toda

⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Trad. Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 232.

tentativa de regulamentação completa sofre violenta pressão [...]. Com efeito, o que nos puxa para frente é a abundância de desejos e a acumulação de capacidades de expressão e produção que os processos de globalização determinaram na consciência de todo indivíduo e de todo grupo social – e, portanto, uma certa dose de esperança. A deserção e o êxodo são uma forma poderosa de luta de classes, dentro da pós-modernidade imperial e contra ela. Essa mobilidade, entretanto, ainda constitui um nível espontâneo de luta e, como observamos anteriormente, hoje leva com muita frequência a novas condições desarraigadas de pobreza e miséria (HARDT; NEGRI, 2001, p. 232-233).

Se, por um lado, a divisão do trabalho é convenientemente mantida no seio do Império, por outro, a tendência de unificação do mercado mundial, em especial quanto a mercadorias e capitais, deixa entrever a possibilidade de uma inédita liberdade frente ao totalizante domínio imperial, afinal:

Quando o novo regime disciplinar cria a tendência para um mercado global de força de trabalho, constrói também a possibilidade de sua antítese. Ele constrói o desejo de escapar do regime disciplinar e, tendencialmente, uma multidão indisciplinada de operários que querem ser livres. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 273-274).

Esse desejo de liberdade é “treinado” com a fuga que, muitas vezes, é o motor a mover os deslocamentos espaciais. Simultaneamente à causa eficiente negativa, em meio à violência, miséria e doenças, “existe também o desejo positivo de riqueza, paz e liberdade” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 181). Ao lado da liberdade, ressurge a concepção do comum⁶. O compartilhamento de ideias e desejos, como acima aventado, em escala inédita, contribui de maneira essencial para a formação de uma nova noção do todo. As singularidades levadas e trazidas pelos migrantes enriquecem as culturas, estas não mais compreendidas pelas divisões rígidas impostas pelo poder imperial, para permitir o seu controle, mas sob o ponto de vista do rico substrato comum que compõe a multidão. Esta é, portanto, multiculturalidade, sob certa perspectiva renovada e crítica⁷. Como observa Hobsbawm (2013, p. 48), sobre as

⁶ A concepção de “comum” trabalhada por Hardt e Negri não se confunde com “comunidade” ou com o comunitarismo anglo-saxão (MATOS, 2014, p. 151-152).

⁷ A inserção do tema “multiculturalismo” tem um objetivo que se coaduna com a abordagem de Hardt e Negri, ainda que o termo expresse habitualmente a ideia de rotulação e divisão de grupos humanos, característica do regime disciplinar criticado pelos autores. No caso,

consequências culturais da “redistribuição de humanidade”, as culturas hegemônicas ou governantes, que outrora absorviam as dos imigrantes que entravam em contato, são enfraquecidas. Não pela perspectiva de serem excluídas ou eliminadas, mas pelo reconhecimento “de todos os grupos culturais que se identificam como tais”. Não muito distante, válido mencionar também a relevância do multiculturalismo para a construção de uma concepção de direitos humanos que seja, é possível afirmar, não imperial, como proposto por Boaventura de Souza Santos (1997):

Outrossim, a circulação da multidão leva à reapropriação de espaços e à sua constituição como sujeito ativo. Livre para se movimentar, pode contrapor-se ao Império, escolhendo os lugares, determinando os espaços em que pretende aportar e passar para estabelecer vínculos de cooperação e compartilhamento de afetividade, formulando, desse modo, novas liberdades, desejos e ideais, seja no campo, seja nas cidades. Pode reestruturar o *locus* de trabalho, de aprendizado e de diversão, sem limites exíguos, fixidez absoluta, imutabilidade e imposições sufocantes. Em suma, a multidão escreve uma nova geografia mundial, de territórios, de corpos e de mentes:

A constituição da multidão aparece primeiro como um movimento espacial que a constitui em lugar ilimitado. A mobilidade de mercadorias, e, portanto, dessa mercadoria especial que é a força de trabalho, foi apresentada pelo capitalismo desde o seu nascimento como uma condição básica de acumulação. Os tipos de movimento de indivíduos, grupos e populações que encontramos hoje no Império, entretanto, não podem ser completamente subjugados às leis da acumulação capitalista – a cada momento eles transbordam e despedaçam os limites da medida. Os movimentos da multidão designam novos espaços, e suas jornadas estabelecem novas residências. Movimento autônomo é o que define o lugar próprio da multidão. Cada vez menos os passaportes e documentos

propõe-se uma reformulação crítica do conceito de cultura e da noção de interrelação cultural, os quais devem ser vistos como manifestações humanas no sentido mais amplo, em que são reconhecidas as singularidades e promovida a colaboração de criação e produção de subjetividades, sem imposições hegemônicas ou classificações antropológicas ou sociológicas.

legais serão capazes de regular nossos movimentos através das fronteiras. Uma nova geografia é estabelecida pela multidão à medida que os fluxos produtivos de corpos definem novos rios e portos. As cidades da terra se tornarão de imediato grandes depósitos de humanidade cooperativa e locomotivas para a circulação, residências temporárias e redes de distribuição em massa de ativos seres humanos. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 421).

Partindo dessa imensurável potencialidade, Hardt e Negri sugerem como uma das primeiras demandas políticas da multidão a consagração do *direito à cidadania global*. Pleitear tal reformulação de *status* jurídico visa a garantir à multidão o controle de seu próprio movimento e de seu espaço; enfim, pretende assegurar a sua autonomia e sua liberdade frente ao poder do Império:

Essa exigência pode também ser configurada de modo mais geral e radical, com respeito às condições pós-modernas do Império. Se num primeiro momento a multidão requer que cada estado reconheça juridicamente as migrações necessárias ao capital, num segundo momento ela precisa exigir o controle sobre os próprios movimentos. As massas precisam ser capazes de decidir se, quando e para onde se movem. Precisam ter o direito, também, de ficar parada e apreciar um lugar, em vez de ser forçadas a viver permanentemente em marcha. *O direito geral de controlar seu próprio movimento é a demanda definitiva da cidadania global*. Essa demanda é radical na medida em que desafia o aparato básico de controle imperial sobre o rendimento e a vida da multidão. Cidadania global é o poder do povo de se reapropriar do controle sobre o espaço e, assim, de desenhar a nova cartografia. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 424).

Portanto, as migrações devem deixar de serem vistas apenas como um

fenômeno singular. Assumidas como característica essencial da multidão, tornam-se instrumentos de autodeterminação e, portanto, de luta contra o controle imperial. Obviamente, a interpretação não pode ser inocente a ponto de subestimar o ímpeto de contra-ataque do Império. As forças imperiais já estão agindo e continuarão a rearmoldar-se na tentativa de controlar as inovações criativas multitudinárias, inclusive do. Por isso o alerta:

A flexibilidade e a mobilidade impostas à força de trabalho biopolítica, unidas às pressões migratórias, criam uma dinâmica extraordinária de desterritorialização. Quando falamos do colapso das fronteiras e de nomadismo, temos que esclarecer que o colapso das fronteiras não determina o nomadismo, mas que, ao contrário, o nomadismo mesmo colapsa as fronteiras e ameaça a estabilidade territorial do controle capitalista. O velho plano de desenvolvimento típico do capitalismo industrial às sujeitou para reunir urbanização, industrialização e formações de Estado, mas a produção biopolítica faz em pedaços este processo. O capital coletivo enfrenta cada vez mais uma multidão móvel e flexível. Da perspectiva do poder de mando e da exploração, isso só pode parecer caótico e desordenado. Dessa forma, o capital enfrenta constantemente a tarefa de reconstruir as fronteiras, reterritorializar as populações trabalhadores e reconstruir as dimensões fixas do espaço social. Em outras palavras, o capital deve buscar definições sempre novas das hierarquias sociais localizadas para reconstruir as fronteiras necessárias para sua ordem e seu poder de mando. (HARDT; NEGRI, 2011, p. 251, tradução nossa).

5 A migração em *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*

Durante toda a obra de Hardt e Negri, torna-se claro o papel fundamental dos conceitos de “multidão” e “império”, acima desenvolvidos. De fato, constituem-se numa espécie de lente, por meio das quais os autores analisam o contexto global. Neste sentido, o tema *migração* recebe curiosa análise.

Retomando brevemente conceitos já expostos, percebemos que a multidão e o Império subsistem numa estreita relação, representada pelos autores pela figura de uma “águia de duas cabeças” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 78). Entretanto, a relação entre as forças imperiais e o potencial criativo da multidão não é igualitária, nem nunca será. A multidão é, por excelência, força produtiva, poder constituinte e “carne viva”; rede em expansão, na qual as diferenças se expressam de maneira livre e igualitária, e que, exatamente por tais motivos, permite a convergência de trabalho, vida, comunicação e afetividade, produzindo o *commun*.

De maneira contraposta, mas eternamente dependente as forças da multidão, encontramos o Império como verdadeira rede que, conquanto não produza nada de seu, comporta-se como um “regime vampiro” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 80). Assim, ao se deparar com a multidão, o Império não consegue absorver sua totalidade criativa, e suas diferenças infinitas. Antes, reduz as pluralidades multitudinárias a caracteres determináveis, estanques, permitindo unicamente as diferenças que consegue classificar. Transformando a multidão em povos, massas e perfis, o Império procura classificar a própria multidão em determinados perfis, absorvê-la e transformá-la mesmo num mercado consumidor global. Numa sociedade assim pautada por referenciais de valor, produção e consumo capitalistas, não é de se espantar que o Império tenha horror àqueles que classifica como *pobres*.

Excluídos do trabalho assalariado, os pobres são encarados como perigosos, numa perspectiva moral “por serem parasitas sociais improdutivos – ladrões, prostitutas, viciados em drogas e semelhantes” e mesmo política, “por serem desorganizados, imprevisíveis” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 176). Entretanto, tal visão representa uma redução simplista da realidade, na qual os pobres encontram-se incluídas na produção social.

A despeito das tentativas imperiais de hierarquia e subordinação, os pobres continuam a existir e a se expressar. Embora vítimas da ordem global do Império,

sujeitos às mais variadas intempéries, tal classe logra em subverter tal sistema excludente, transformando-se em agentes poderosos por meio de criatividade e força de sobrevivência. Dessa forma, “fazem parte dos circuitos da produção social e biopolítica” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 176), produzindo conhecimentos informações, redes de comunicação e relações sociais colaborativas que lhe são peculiares; sujeitos antagônicos, potencialmente rebeldes e integrantes da multidão.

Dentro de tal perspectiva, os autores reconhecem os *migrantes* enquanto *pobres*, assim afirmando:

Os migrantes constituem uma categoria especial dos pobres que demonstra essa riqueza e produtividade. Tradicionalmente, os vários tipos de trabalhadores migrantes, inclusive imigrantes permanentes, trabalhadores sazonais e trabalhadores itinerantes, foram excluídos da concepção primordial e da organização política da classe operária. Sua mobilidade e suas diferenças culturais apartavam-nos das figuras estáveis e centrais do trabalho. Na economia contemporânea, contudo, e com as relações de trabalho do pós-fordismo, a mobilidade define cada vez mais o mercado de trabalho como um todo, e todas as categorias de trabalho tendem para a condição de mobilidade e mistura cultural comum ao migrante. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 180).

Acurada, a visão ofertada por Michael Hardt e Antônio Negri integra a figura do trabalhador migrante ao contexto imperial, mas negligencia aspectos importantes do sujeito migrante *em si*. Todavia, trata-se não de equívoco dos autores, mas exigência do corte metodológico por eles adotado.

Embora o tema migração esteja presente nas obras “Império”, “Multidão” e “Commonwealth”, é inserido num quadro infinitamente maior, de resistência multitudinária ante a dominação imperial, em verdadeira abordagem *macrofilosófica*. Implica dizer que, num contexto marcado por comunicação em rede, produção imperial e biopoder, uma análise fragmentada e *hiperespecializada* de cada elemento abordado na trilogia ora estudada consistiria numa ferramenta de estudo inapta. Ao

contrário, demanda-se a construção de um saber inclusivo, através de verdadeira síntese entre diferentes conhecimentos – o próprio conceito de multidão traduz, afinal, tal necessidade, através da constante produção de conhecimento e subjetividade⁸.

Os próprios autores, aliás, reconhecem a existência de um *ser migrante* concreto que, como anteriormente mencionado, são forçados a mudar de emprego várias vezes ao longo da carreira como também a percorrer longas distâncias diariamente. Enfrentam, por vezes, condições de extrema pobreza, tanto ao emigrarem da terra natal quanto ao chegarem a um destino hostil, driblando mesmo severas leis de imigração. Em feliz expressão, afirmam: “cada migrante traz consigo todo um mundo” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 180), embora o foco da obra seja o impacto dos fluxos migracionais como forma de subversão do sistema imperial.

Destarte, não obstante uma análise pormenorizada do sujeito migrante não se mostrasse viável pela abordagem de Hardt e Negri, tais aspectos não podem ser olvidados, pois são essenciais para a construção de um conhecimento efetivo concatenado com os objetivos das obras. Reconhecendo a importância do tema *migração* no cenário atual, torna-se contribuição valiosa conjugar a análise macro dos referidos autores com um estudo detalhado do *mundo* que cada migrante carrega, isto é, do próprio sujeito migrante, a fim de mostrar as imbricações de seu processo de produção de conhecimentos, afetos e diversidades.

6 O sujeito migrante

6.1 A pátria enquanto ponto de partida

Num passado não muito distante, poder-se-ia sustentar, ainda que com certo esforço hermenêutico, determinada compreensão do ser humano enquanto indivíduo *imóvel*, destinados a fixar raízes em determinados lugares. Historicamente, parece

⁸ Como propõe o professor Gonçal Mayos (2012, p. 9-10): “[...] a macrofilosofia se ocupa sobretudo daqueles conceitos e questões tais como se preocuparam o conjunto das sociedades e das épocas, vendo mais além dos aportes mais pessoais que alguns filósofos tenham realizado, por mais valiosas que eles sejam em si mesmos. Ainda quando a macrofilosofia as têm em conta, dessas questões mais idiossincráticas, vinculadas ao gênio individual ou centradas em detalhes e concreções muito particulares, se ocupam as análises 'macrofilosóficas' – por outra parte igualmente valiosas.” (tradução nossa).

haver um objetivo sempiterno rumo ao sedentarismo, pela segurança por ele proporcionado, havendo inúmeros exemplos que parecem corroborar uma espécie de “aversão generalizada” às mudanças.

Todavia, conforme observado no decorrer da trilogia desenvolvida por Hardt e Negri, considerar o homem enquanto ser estático e imutável é adotar uma premissa que não se sustenta. Ao compreender a construção política do presente, percebemos que a imutabilidade não é característica possível quer de um Império ilimitado, universal e atemporal, quer da multidão enquanto sujeito social ativo, agindo com base naquilo em que as (mutáveis) singularidades têm em comum.

Para o filósofo Vilém Flusser, o homem, embora sedentário, jamais deixou de explorar regiões desconhecidas, quer para a satisfação de suas necessidades, quer por mera curiosidade. Ainda que a estabilidade tenha representado um avanço para uma humanidade nômade, o homem sempre se deslocou em direção a novas localidades, fenômeno reconhecido propriamente como *migração*⁹. Ao habitar em determinada localidade, torna-se cada vez mais dependente desse determinado espaço geográfico. A situação se explica não apenas pelo acúmulo de posses, mas pela efetiva construção de laços.

Ao tratar do processo de *autoidentificação*, Kathinka Evers elenca três condições necessárias a tal procedimento: a *consciência*, reconhecendo o indivíduo enquanto sujeito ao qual é possível atribuir estados mentais (como experiências, pensamentos e desejos); a *distinção de si*, que implica na diferenciação estabelecida entre o próprio sujeito e os outros objetos que o circundam; e a *consciência de si*, por meio da qual o indivíduo se reconhece enquanto sujeito de experiência (EVERS, 2013, p. 118). Assim, é estabelecida forte conexão entre a identidade pessoal e o *locus* de vivência. Por meio da chamada interação social, o indivíduo estabelece relações com os demais membros da comunidade, bem como com o espaço que o cerca, e, ao mesmo tempo em que se reconhece enquanto ser distinto de seu entorno, constrói sua personalidade com base em determinados paradigmas sócio-espaciais.

Nesse sentido, Flusser compreende o indivíduo enquanto ser “condicionado

⁹ Na verdade, difícil dissociar a migração da obra do autor: nascido em Praga em 1920, o judeu Vilém Flusser emigrou para Inglaterra em 1939, mudando-se para o Brasil no ano seguinte em decorrência da perseguição nazista. Entretanto, já em 1971, a situação problemática instaurada no país desde o advento da ditadura militar obrigou o autor a procurar novamente por um novo lar, mudando-se inicialmente para a Itália. Extraído de <<http://www.flusserstudies.net/flusser>>. Acesso em 30 de novembro de 2014 (Tradução nossa).

à pátria” (PAULO, 2006), compreendida enquanto “berço”; o conjunto de normas de conduta, linguagens, crenças e hábitos, os quais servem como lentes, pautando a compreensão individual (de si) e do mundo.

Evidentemente, não é possível reduzir o ser humano a uma eterna subjugação aos hábitos que lhe precederam. Justamente por consistir em espaço no qual individualidades florescem de maneira não hierárquica, a existência de uma “multidão” pressupõe a existência de seres dinâmicos e plásticos, capazes de exercerem influência sobre seu entorno (EVERS, 2013, p. 157). Todavia, não é possível falar em transformação sem que, logicamente, preexista determinado contexto - a existência de um “ponto de partida” é condição inafastável da possibilidade de mudança.

Dentre todos os componentes do conceito de pátria, Flusser dedica especial compreensão ao estudo da *linguística*. Constituindo-se no mecanismo pelo qual o pensamento é estruturado, a língua seria “o conjunto de palavras percebidas e perceptíveis, quando ligadas entre si de acordo com regras preestabelecidas” (FLUSSER, 2007, p. 41). Se um mundo caótico seria insuportável ao ser humano, a língua se apresenta simultaneamente enquanto estática e dinâmica, tendo como aspectos o conhecimento, a realidade e a verdade. Ressaltando sua importância, o autor afirma que a língua,

[...] nos liga aos nossos próximos e, através das idades, aos nossos antepassados. Ela é, a um tempo, a mais antiga e a mais recente obra de arte, obra de arte majestosamente bela, porém sempre imperfeita. E cada um de nós pode trabalhar essa obra, contribuindo, embora modestamente, para aperfeiçoar-lhe a beleza. No íntimo sabemos que somos possuídos por ela, que não somos nós que a formulamos, mas é ela que nos formula. (FLUSSER, 2007, p. 37).

Sendo impossível conceber a criação linguística dissociada de um determinado espaço geográfico, conclui-se que *Pátria* também significa linguagem materna, representando estruturas de aproximação com a origem. A terra, afinal, é o ambiente no qual se entrelaçam costumes, crenças, rituais e normas (o que Flusser

denomina “fios”), encontrando-se impregnada no próprio indivíduo. De certa forma, e por piores que sejam as condições do território de origem, *Pátria* é termo intimamente ligado aos elementos capazes de propiciar confiança, vida tranquila e estabilidade, numa aproximação do indivíduo com tudo o aquilo que lhe é mais caro, como amigos e família (e consigo mesmo, em última análise).

Sem embargo, “navegar é preciso”¹⁰. Sendo a natureza humana notadamente nômade, uma vinculação perpétua a determinado contexto afigura-se como perigosa, num contexto global marcado pela escassez de recursos (ou ao menos dos recursos disponíveis às classes marginalizadas). Em última análise, a mobilidade da força de trabalho potencializada pelo capitalismo pós-fordista representa mais do que poder biopolítico ou um movimento de contra insurgência: a nível pessoal, implica no afastamento entre o indivíduo e seu *locus*, num distanciamento de si próprio.

6.2 Emigração e imigração

Ao abordar o assunto “migração”, compreendem-se, em verdade, os fenômenos da *emigração* e da *imigração*, duas faces de uma mesma moeda.

Migração abrange todo o movimento realizado entre indivíduos de determinado espaço geográfico a outro, o que implica necessariamente na transformação do espaço de habitualidade. Assim, enquanto *emigração* significa a saída do território de origem, em caráter definitivo ou provisório, *imigração* é o fenômeno reverso, consistindo na entrada de determinado grupo ou indivíduo em um novo território, ali estabelecendo sua residência habitual¹¹. Ao deslocar-se, o sujeito migrante exerce cada um desses papéis que, intrinsecamente ligados, permanecem distintos.

Hardt e Negri (2005, p. 180) apontam a ocorrência de mudança histórica no fluxo migracional. Enquanto grandes migrações do passado deslocavam-se da Europa para os espaços “fora”, considerados vazios, os fluxos migracionais hoje se deslocam para as regiões mais rias e privilegiadas do planeta – que necessitam dos

¹⁰ Referência ao poema *Navegar é preciso*, de Fernando Pessoa.

¹¹ As presentes definições são disponibilizadas pelo Instituto Migrações e Direitos humanos, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=229&Itemid=1227#e>. Acesso em 30 de novembro de 2014.

migrantes para seu próprio sustento.

Prosseguindo em sua análise, os autores declaram:

A riqueza dos migrantes está em parte em seu desejo de algo mais, em sua recusa de aceitar as coisas como elas são. É verdade que em sua maioria os movimentos migratórios são movidos pela necessidade de escapar de condições de violência, fome ou privação, mas paralelamente a essa condição negativa existe também o desejo positivo de riqueza, paz e liberdade. Esse duplo ato de recusa e expressão de desejo é de uma força extraordinária. Fugir de uma vida de constante insegurança e mobilidade forçada é uma boa maneira de se preparar para enfrentar e resistir às formas típicas de exploração material. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 181).

Navegar é preciso, mas as águas do mar têm o sal das lágrimas¹². Ao ultrapassar barreiras geográficas, o emigrante se vê submetido abruptamente ao processo de rompimento de vínculos afetivos. Consoante o pensamento de Vilém Flusser, os vínculos travados entre o sujeito e seu lar nem sempre são visíveis. Ainda assim, “ao deixar a pátria o homem sofre um corte nesses fios, o sustentáculo desmorona, e ele é arremessado à liberdade” (PAULO, 2006, p. 06). Em outros termos, apenas quando em exílio é que o migrante reconhece a real profundidade de suas raízes: a simples travessia é processo por si só doloroso.

Considerando o caráter de seu fluxo, cabe ressaltar que a maior parte dos migrantes não apenas passará por um árduo processo de perda de estabilidade. O emigrante tudo enfrenta, desde desertos e mares, fronteiras com um alto grau de vigilância, bem como frio e calor, fome e cansaço. Não obstante, corre o risco de sequer chegar ao seu destino.

Caso logre êxito em sua jornada, o sujeito migrante assume um novo papel, diante de um ambiente novo e hostil. A partir daí, torna-se o *imigrante*, perdido numa estrutura que lhe é desconhecida e hostil, tornando-se ele próprio um estranho.

¹² Referência ao poema “Mar Português”, de Fernando Pessoa.

As possíveis explicações para a péssima receptividade humana àqueles considerados *estranhos* são as mais variadas. Para Evers (2013, p. 126-127), o ser humano seria uma espécie de “xenófobo empático”, no sentido de que simpatia e ajuda mútua se estendem aos integrantes participantes de uma mesma comunidade e não àqueles classificados como “os outros”. Obviamente, dizer que determinado grupo apresenta natural antipatia por indivíduos que lhe são externos não implica numa justificação moral das formas de violência e segregação praticadas contra imigrantes. Não obstante, é notável a distinção de tratamento entre os membros de determinado meio e aquele destinado aos *outsiders*, notadamente excluídos do senso de ajuda mútua vivenciado no seio do grupo.

Essa não é, entretanto, a única dificuldade enfrentada pelo imigrante, ao desembarcar em novo espaço. Ansiando pela terra prometida, o imigrante é lançado em território estranho, bombardeado por informações que ainda não está apto a processar. O imigrante, fora da estrutura da realidade é assim visto como uma ameaça, pois a “estranheza” de sua existência parece confrontar diretamente com a ordem social posta pelos nativos (FLUSSER, 1994, p. 109 apud PAULO, 2006, p. 09).

Considerados dessa maneira, esse conjunto de fatores seria responsável por engessar a população mundial, ao submeter um indivíduo a um processo assim destruidor. Não é bem assim: novamente, a plasticidade do ser humano é característica impossível de ser ignorada.

6.3 Lá e de volta outra vez

Ao chegar numa nova sociedade, o homem, cujos fios da habitualidade foram cortados, procura urgentemente assimilar o maior número possível de informações, a fim de transformar um ambiente hostil em lugar de refúgio – isto é, para construir uma nova *pátria*, ainda que não a materna. Todavia, o desejo de compreender as estruturas locais não exclui sua vivência passada. Esse novo mundo é necessariamente observado a partir da comparação do sujeito com seu local de origem e o fruto de tal processo é uma figura híbrida, não redutível àquela “forasteira”, da pátria do migrante, ou “nativa”, do polo imigratório.

Para construir novos vínculos, o imigrante inicia um processo doloroso, mas

essencialmente criativo, numa atividade própria de toda a multidão. Não sem razão, Hardt e Negri (2005, p. 180) explicam que,

Não estamos querendo dizer que os pobres ou os migrantes estão numa boa e que todos devíamos renunciar a nossa riqueza e cair na estrada. Pelo contrário, todo tipo de pobreza comporta um sofrimento especial. [...] Elas [as formas de pobreza e desigualdade social] devem ser combatidas de todas as formas possíveis. Mas apesar de sua pobreza e de sua falta de recursos materiais, alimentos, habitação e assim por diante, os pobres efetivamente dispõem de uma enorme riqueza em seus conhecimentos e poderes de criação.

Confrontando culturas, o migrante reivindica seu espaço, alterando os elementos da cultura local e lá imprimindo suas características, numa reestruturação profunda do local de sua existência, bem como de sua própria personalidade. Ainda assim, o migrante busca, no interior de um ambiente hostil, elementos que lhe proporcionem familiaridade; um retorno ao lar. Exatamente por isso, torna-se bastante comum o surgimento de “comunidades” dentro de determinados países que, historicamente, atuam como polo receptor de imigrantes. Neste mesmo sentido Viviane de Santana Paulo, ao analisar a obra de Flusser, declara que “o migrante sente-se 'em casa' ao poder falar a sua língua materna mesmo estando no exterior” (PAULO, 2006, p. 07), vez que tal estrutura é, como já dito, responsável por conferir ordem à realidade, reaproximando o migrante de sua origem.

Entretanto, ao iniciar esse processo de criação de vínculos, não é incomum que o migrante sinta-se desterrado. Se não se integra à cultura local, tampouco pode esperar que as coisas permaneçam iguais em sua terra natal: como a produção de conhecimento é dinâmica, o migrante não estará plenamente apto a entender as mudanças de sua própria cultura e, ao regressar, torna-se um estranho em seu próprio ninho.

7 CONCLUSÃO

Enquanto regime de dominação global, o Império busca controlar a totalidade dos aspectos da vida, situando-se além do tempo, espaço e história, num permanente *não lugar*. Contudo, tal regime encontra-se em permanente corrupção, contendo em si os elementos de sua própria ruína. Cabe à multidão aproveitar-se de suas numerosas fraquezas para transformar a ordem vigente.

Assim, a crescente mobilidade do proletariado, consequência direta da unificação tendencial do mercado mundial, apresenta potencial notadamente subversivo. A livre movimentação das massas representa não a exclusão desses indivíduos dos processos de produção. Antes, encarna o próprio potencial produtivo da multidão, driblando políticas imperiais e a degradante realidade social criando meios de sobrevivência, buscando, segundo Michael Hardt e Antonio Negri, “riqueza e liberdade, poder e alegria”.

Paralelamente, numa perspectiva *micro*, o sujeito migrante não pode ser olvidado. Vencendo condições adversas, preconceitos e o rompimento dos próprios vínculos, o sujeito migrante enfrenta um duplo processo de destruição e reconstrução de sua realidade. Plástico, o sujeito migrante se reinventa, ao passo que influencia, de forma decisiva, seu novo lar. É assim, afinal, que a Multidão se comporta, produzindo continuamente de subjetividades e diferenças não hierarquizadas, que convergem para na construção do comum.

Por sua própria definição, o imigrante encontra-se num contexto de vulnerabilidade social muito superior àquela já suportada pelo nativo. Daí a importância de políticas desenvolvidas para a proteção dos imigrantes, em âmbito global. Garantindo uma existência digna, restará protegida a produtividade social dos migrantes, permitindo a multidão que persista em seu papel criativo, criando conhecimento, comunicação e afeto – a verdadeira diversidade, e o comum.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Bruno Leonardo Ramos. A desmaterialização do imperialismo: conceito de Império em Antonio Negri. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 369-375, jun. 2005.

BOSCHI, Olga Maria; CAMPANA, Priscila. A falácia do discurso da doação das leis trabalhistas: recuperando outras memórias históricas. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 46, n. 181, p. 53-70, jan./mar. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Manual de recomendações de rotinas de prevenção e combate ao trabalho escravo de imigrantes**. Brasília: SDH, 2013.

EVERS, Kathinka. **Neuroética**: cuando la materia se despierta. Madri: Katz Editores, 2013.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

FLUSSER, Vilém. **Von der freiheit des migranten**: einsprüche gegen den nationalismus. Berlim: Bollmann, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**: el proyecto de una revolución de común. Tradução de Raúl Sánchez Cedillo. Madri: Akal, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 2. ed. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. A multidão contra o Estado: rumo a uma comunidade inapropriável. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 108, p. 145-183, jan./jun. 2014.

MAYOS, Gonçal. **Macrofilosofia de la modernidad**. Barcelona: dLibro, 2012.

PAULO, Viviane de Santana. **A migração como expansão da realidade e renovação das culturas**. [S.l.], 03 nov. 2006. (Publicado por ocasião do “Flusser Studies 03”). Disponível em <<http://www.flusserstudies.net/sites/www.flusserstudies.net/files/media/attachments/migracao-como-expansao-realidade.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política e trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, 11-32, jun. 1997.

SMITH, Helena. Shocking images of drowned Syrian boy show tragic plight of refugees. **The Guardian**, London, 02 set. 2015. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2015/sep/02/shocking-image-of-drowned-syrian-boy-shows-tragic-plight-of-refugees>>. Acesso em: 27 set. 2015.

ZAFFARONI, Eugênio Raul et al. **Direito Penal Brasileiro**: primeiro volume: teoria geral do direito penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.